COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.483, DE 2008

Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para prever a instituição de conselhos de escola e de conselhos de representantes dos conselhos de escola.

Autora: Deputada **Luiza Erundina**

Relator: Deputado **Paulo Rubem Santiago**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 4.483, de 2008, tem por objetivo alterar os dispositivos sobre gestão democrática do ensino público que integram a Lei n.º 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, para exigir que a complementação nos Estados, Municípios e Distrito Federal das respectivas diretrizes nacionais seja feita necessariamente na forma de lei editada por cada um desses entes federados. Atualmente não se exige lei ***strictu sensu***, mas apenas a legislação do Sistema de Ensino, constituída de atos administrativos.

Nesse sentido, o Projeto de Lei aqui relatado propõe as seguintes mudanças:

- a) No inciso VIII do art. 3º da LDB, substitui-se “*gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino*” por “*gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação da respectiva unidade federada*”.

- b) No inciso VIII do art. 10 da LDB, acrescenta-se como atribuição dos Estados *“instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os conselhos de escola e conselhos de representantes dos conselhos de escola”*;
- c) No inciso VII do art. 11 da LDB, acrescenta-se como atribuição dos Municípios *“instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os conselhos de escola e conselhos de representantes dos conselhos de escola”*;
- d) No inciso IX do art. 12 da LDB, acrescenta-se como atribuição dos estabelecimentos de ensino *“instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os conselhos de escola”*.
- e) No **caput** do art. 14 da LDB, no lugar de *“os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica...”* propõe-se *“Lei da respectiva unidade federada definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica...”*;
- f) No inciso II do art. 14 da LDB, que dispõe sobre um dos princípios da gestão democrática, propõe-se nova terminologia para os conselhos escolares, que passam a se chamar conselhos de escola e prevê-se novo fórum para a participação das comunidades escolar e local, qual seja o *“conselho de representantes dos conselhos de escola”*;
- g) No art. 14 da LDB, incluem-se três parágrafos que tratam, respectivamente, da composição e função do Conselho de Escola, da função do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola, e da composição desse último conselho.
- h) Por último, este projeto de lei insere no capítulo das disposições transitórias da LDB novo dispositivo para determinar que até a entrada em vigor da lei estadual, municipal ou distrital responsável pela normatização da gestão democrática do ensino público, os conselhos de escola e os conselhos de representantes de conselhos

de escola já instituídos continuam a observar as normas expedidas pelos respectivos sistemas de ensino.

Esta proposição está distribuída à Comissão de Educação e Cultura; para apreciação conclusiva de mérito, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame de constitucionalidade ou juridicidade, nos termos do art. 54 do RICD. Tramita sob regime ordinário.

No prazo regimental, não recebeu emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa da nobre Deputada Luiza Erundina vem propor nova regulamentação para a gestão democrática do ensino público, um dos princípios constitucionais do ensino.

A primeira mudança proposta neste Projeto de Lei é a de atribuir aos entes federados a incumbência de definir as normas de gestão democrática por meio de lei e não apenas por intermédio de documentos normativos emanados por suas secretarias administrativas, no caso, as que constituem os respectivos sistemas de ensino. A idéia é meritória na medida em que promove discussão e decisão mais democráticas para a regulamentação, muito apropriado neste caso.

Em seguida, ao princípio da participação das comunidades escolar e local nos conselhos escolares, em vigor no inciso II do art. 14 da LDB, acrescenta-se a previsão de conselhos de representantes dos conselhos escolares ou equivalentes, de caráter deliberativo, cujo objetivo seria o fortalecimento dos conselhos escolares e a efetivação do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, de forma a alcançar uma maior qualidade da educação. Esta segunda idéia também é meritória, pois certamente nesse novo colegiado poderão ser debatidas dificuldades enfrentadas pelos conselhos escolares. Soluções e vias de ação também poderão ser melhor pensadas e, fortalecidas por uma maior representatividade, enfrentadas com mais vigor. Os princípios norteadores

determinados para sua ação não poderiam ser mais apropriados: democratização da gestão; do acesso e permanência; e qualidade social da Educação.

A composição sugerida no parágrafo terceiro sugerido para o art. 14 da LDB configura-se apropriada também ao determinar dois representantes de cada Conselho Escolar e dois representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino, o que poderá contribuir para dar maior efetividade às decisões.

Este Projeto de Lei também inova ao definir como integrantes do Conselho Escolar o diretor da unidade educacional, como membro nato, e representantes eleitos pela equipe técnica, corpo docente, demais servidores ou empregados e corpo discente.

Notamos nessa composição a ausência dos pais, entidades sociais e outros representantes da comunidade local, incluídos na diretiva genérica prevista tanto no art. 14, inciso II, vigente, quanto na sugerida no Projeto de Lei. Além disso, depreende-se do texto que qualquer pessoa, independentemente de pertencer ou não à comunidade escolar ou local, pode integrar o conselho escolar, desde que eleita pela equipe técnica, corpo docente, demais servidores ou empregados e corpo discente.

O mais democrático e que vem sendo praticado na legislação de cento e um sistemas de ensino analisados na publicação “Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública¹” é a representação dos trabalhadores da escola (direção, professores, especialistas e demais servidores) e também dos pais e estudantes (em alguns casos incluem-se membros da comunidade local), eleitos pelas respectivas categorias. Nesse sentido, propomos emenda ao texto do parágrafo primeiro do art. 14 da LDB sugerido neste Projeto de Lei.

Quanto à terminologia sugerida, preferimos “conselho escolar”, mais utilizado e tradicional na área de Educação, a “conselho de escola”. Também optamos por uma expressão mais curta para Conselhos de Representantes dos Conselhos de Escola e propomos a seguinte: Fórum dos Conselhos Escolares. Por fim, sugerimos substituir a expressão “da respectiva

¹ Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília-DF. Novembro de 2004.

unidade federada” por “dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal” nas redações propostas para os arts. 3.º e 14 da LDB.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 4.483, de 2008, de autoria da Ilustre Deputada Luiza Erundina, com as três emendas anexas.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado Paulo Rubem Santiago
Relator